Assembleia da República
Gabinete do Presidente
Nº de Entrada 326843
Classificação
0502021
Data
09.9.14

PSD

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça-se
Publique-se
15/9/09
O Secretário da Mesa

☐ **REQUERIMENTO** **Número** /x (.ª)

☒ **PERGUNTA** **Número** 4064/x (4 .ª)

Assunto: Transformação do Consulado Geral de Sevilha em Escritório Consular

Destinatário: Ministério dos Negócios Estrangeiros

Por determinação de S.Ex.ª o Sr. Secretário da Mesa

09.09.15

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República

Em notícia publicada hoje no Diário de Notícias fiquei a saber que o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, António Braga, estará hoje em Sevilha para entregar parte do edifício histórico onde funciona o consulado português, à Câmara do município espanhol.

O actual Governo apresentou um programa de reestruturação da rede consular de Portugal no Mundo, decidindo encerrar várias estruturas consulares, entre as quais, o Consulado Geral de Sevilha, fundamental pela sua importância nas relações com Andaluzia, pelo peso das relações históricas, pela crescente importância comercial daquela região, pelo relevo da presença cultural portuguesa e ainda pelo grande valor arquitectónico do edifício onde se encontra instalado o Consulado, começado a construir em 1926 para estar pronto a tempo da Exposição Universal de 1929.

O PSD, oportunamente, apresentou a sua total discordância com esta decisão, quer através de requerimento ao Governo, quer inclusivamente, em reuniões da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas que contaram com a presença do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, que sempre afirmou perante os Deputados, que qualquer decisão sobre Sevilha seria comunicada à Assembleia da República. Acresce ainda que esta decisão de encerramento do Consulado Geral em Sevilha gerou posições contrárias de todos os grupos parlamentares, que não compreendiam os motivos que estariam na base de tal decisão. A verdade é que esse processo foi sendo adiado não tomando o Governo qualquer decisão sobre este assunto.

A notícia, vinda hoje a público, revela que o Governo português irá agora entregar o 1.º andar do edifício em causa, ficando apenas com o rés-do-chão e as caves do mesmo, onde irá então funcionar o escritório consular criado agora pelo Governo. Ora, esta decisão afigura-se como extremamente gravosa para a própria dignidade de funcionamento da estrutura consular de Portugal em Sevilha, pois é exactamente nesse 1.º andar que existe uma grande sala abobadada, tal como referido pelo antigo embaixador de Portugal em Madrid, António Martins da Cruz, que agora será utilizada pelas autoridades espanholas para a realização de eventos culturais. Essa sala tem um enorme simbolismo histórico e um

importante valor patrimonial e não deveria ter sido, na nossa opinião, tal como foi entendido por Governos anteriores, entregue agora às autoridades espanholas.

Perante os factos hoje noticiados, não posso deixar de manifestar a minha total incompreensão pela decisão tomada, pois se por um lado já não se compreendia o encerramento do Consulado Geral, agora também não se compreende a sua transformação num Escritório Consular que irá funcionar nas caves do edifício, tanto mais que nunca se colocaram problemas administrativos no funcionamento desta estrutura, o que me leva a depreender que esta decisão foi sempre meramente política e nunca teve em atenção os verdadeiros interesses da política externa portuguesa.

Por outro lado, as declarações do Sr. Secretário de Estado, ao afirmar que as caves irão servir também para a realização de exposições, só vêem provar o seu total desconhecimento do edifício, tanto mais que esta será a primeira vez que se deslocará a Sevilha para visitar as instalações consulares agora transformadas. É verdadeiramente incompreensível esta situação e mais uma vez é o exemplo claro que o Governo apenas terá tido um critério político, ou total ausência de critério, em relação à representação de Portugal em Espanha e em relação à reestruturação consular no seu todo.

Finalmente, é verdadeiramente incompreensível que, depois de ter afirmado, tal como referi acima, que qualquer decisão sobre Sevilha seria sempre comunicada aos Deputados da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, se venha agora saber, tal como refere uma fonte oficial da própria Secretaria de Estado, que esta "é apenas uma visita de cortesia pois o acordo com a câmara municipal de Sevilha já estava firmado há vários meses" e que esta deslocação se realize em final de mandato do actual Governo e em pleno período de campanha eleitoral.

Assim face ao exposto, venho através de V. Exa., que ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, me sejam dadas as seguintes informações:

1. Quais os motivos que levaram o Governo a tomar a decisão de entregar parte do Edifício onde funcionava o Consulado Geral de Sevilha às autoridades sevilhanas sem darem disso conhecimento à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas tal como tinha sido afirmado pelo próprio Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros com prejuízos evidentes para os interesses da política externa portuguesa e para o garante do património português naquele país?
2. Como explica o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros que haja uma despromoção do Consulado Geral de Sevilha para Escritório Consular quando se sabe que as necessidades desta região não são do cariz administrativo, devido à proximidade com Portugal e ao número reduzido de portugueses que aí habitam, mas antes de cariz político e de afirmação da imagem de Portugal?
3. Como explica o Governo que depois de ter enunciado que as relações bilaterais com Espanha eram a prioridade das prioridades, se tomem em final de mandato, decisões como esta que comprometem claramente as relações com Espanha e as suas autonomias?

PSD

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Palácio de São Bento, 14 de Setembro de 2009.

Deputado(a)s:

Carlos Alberto Gonçalves